

OS EXPURGOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

**Os expurgos da UFRGS: memória e história/ Coletivo Memória e Luta.
Porto Alegre: Marcavisual, 2021. 112p.**

Cristiane Medianeira Ávila Dias¹

A obra, organizada a partir dos esforços de integrantes do Coletivo Memória e Luta trata dos processos de expurgos de quarenta e um professores da UFRGS, ocorridos nos anos de 1964 e 1969. As datas são emblemáticas porque marcam duas fases distintas nos ciclos de repressão que atingiram o Brasil durante o período ditatorial. A primeira, instaurada após o golpe civil-militar e a promulgação do Ato Institucional nº 1 (AI-1), em abril de 1964, caracterizou-se pela perseguição de ativistas vinculados ao governo do ex-presidente João Goulart. A segunda instituiu-se após a decretação, em dezembro de 1968, do Ato Institucional nº 5 (AI-5), cujas medidas permitiram ao aparato repressivo estatal aplicar métodos de violência ilegais, como a tortura, contra qualquer sujeito considerado pela ditadura, a partir das premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), inimigo interno.

Nessa perspectiva, os quarenta e um professores foram expurgados sob a acusação de terem praticado atividades políticas de caráter subversivo no âmbito da universidade, uma vez que os militares avaliavam qualquer atitude de crítica, oposição ou resistência à ditadura como perigosas a manutenção da ordem e da segurança interna do Brasil. Os processos de expurgos foram conduzidos por duas comissões instauradas na UFRGS: a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), em 1964, e a Comissão de Investigação Sumária do Ministério da Educação e Cultura (CISMEC), em 1969. As duas comissões

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Email: cristiane-historia@hotmail.com

contaram com a participação de integrantes do III Exército e do quadro docente da universidade que, em razão de interesses políticos ou profissionais, colaboraram com a condução de processos que resultaram no afastamento de colegas da instituição.

Na obra, o leitor pode aprofundar a análise dos cenários que propiciaram o golpe, a instauração da ditadura e, posteriormente, da CEIS e da CISMEC na UFRGS a partir de dois excelentes artigos: “Memória e esquecimento”, escrito pela socióloga Lorena Holzmann e “Entre expurgos e dignidade”, escrito pelo historiador Enrique Serra Padrós, integrantes do atual quadro docente da universidade.

Além dos dois artigos, o livro traz uma série de riquíssimas fontes históricas, que permitem ilustrar e detalhar eventos relacionados à instauração e o andamento dos trabalhos das duas comissões na universidade. Nas reportagens do jornal Diário de Notícias, por exemplo, o leitor tem acesso a particularidades que envolveram a instalação da CEIS no ano de 1964, como o nome dos docentes e do representante do III Exército que a integraram, bem como a forma como os trabalhos da comissão foram organizados e conduzidos no período em que a mesma esteve ativa. Assim, tais fontes propiciam acesso aos nomes das pessoas envolvidas com a composição da CEIS e as minúcias que envolveram a condução de suas atividades na UFRGS.

Os documentos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), por outro lado, deixam explícitos os históricos de perseguições políticas sofridas pelo grupo de professores expurgados. Os registros demonstram, entre outras questões, que parte desses professores teve suas atividades acadêmicas e políticas, dentro e fora da UFRGS, monitoradas pelo aparelho repressivo estatal a partir da década de 1950, evidenciando que a instauração da CEIS e da CISMEC foram precedidas de orquestrado plano de afastamento de docentes identificados com correntes progressistas da universidade. Além disso, os documentos tornam claro o alinhamento do MEC com as diretrizes da DSN, pois os docentes são adjetivados como “esquerdistas”, “comunistas”, “perigosos”, “agitadores”, “subversivos” e “doutrinadores”, designações que

compõe o conceito de inimigo interno, utilizados pela doutrina para designar os indivíduos que não seguiam os seus princípios ideológicos.

A obra também traz uma sequência de fotografias que ilustram eventos relevantes no histórico de lutas de professores e alunos da UFRGS contra as medidas discricionárias impostas à educação pelo governo ditatorial. As imagens, porém, carecem de dados, como as datas, os locais e as ocasiões em que as mesmas foram produzidas, que permitiriam ao leitor não especialista situar-se de forma mais adequada no contexto histórico da época.

O ponto de maior destaque entre as fontes históricas, entretanto, são os trechos dos depoimentos dos professores expurgados da UFRGS após a conclusão das duas comissões. A sensibilidade demonstrada pelos depoentes na exposição de suas lembranças conduzem os leitores ao ambiente da época, caracterizado numa primeira fase pela efervescência política que marcou o início da década de 1960, e transformou as aulas desses docentes em espaços de discussões envolvendo a realidade brasileira, num clima de esperança e de entusiasmo com as mudanças que se desenhavam no país. Os debates ampliaram-se para além da universidade e passaram a envolver questões relacionadas aos problemas reais enfrentados por estudantes, camponeses e operários, como a precarização do ensino público, os baixos salários e a falta de infraestrutura e de condições de trabalho adequadas. Na avaliação do professor Carlos Jorge Appel: “a Universidade Federal do Rio Grande do Sul era realmente um centro de efervescência, de discussão, de reflexão e de prazer, inclusive, de encontros”².

Na sequência, os depoimentos evidenciam que esse clima de fervor político foi interrompido com o golpe de 1964 e a perseguição de professores e estudantes da UFRGS que adotavam posturas críticas em relação às novas medidas impostas pelo regime recém-instaurado. Seguiu-se assim um período de temor na universidade, responsável por inibir o desenvolvimento de uma maior conscientização e, conseqüentemente, engajamento político de seus

² Os Expurgos da UFRGS: memória e história/Coletivo Memória e Luta. Porto Alegre: Marcavisual, 2021, p. 24.

quadros. O medo também restringiu o prosseguimento de pesquisas não alinhadas aos pressupostos ideológicos da ditadura, afetando a produção de conhecimento na instituição como um todo. A CEIS teve um papel primordial na consolidação desse ambiente como aponta, em seu depoimento, o professor Claudio Francisco Accurso: “os que não foram expurgados ficaram com medo. Então se calaram”³.

Os depoimentos de professores expurgados constituem-se assim numa fonte valiosa para se compreender os nuances do processo histórico em questão. Além disso, os depoimentos são parte importante da luta que vários setores da sociedade civil – vítimas, familiares, amigos e colegas de trabalho de ativistas de esquerda perseguidos, expurgados, torturados, assassinados ou desaparecidos – empreendem contra o esquecimento das violações aos direitos humanos praticados durante a ditadura, uma vez que a memória do período é objeto de disputa entre grupos com interesses políticos antagônicos. Assim, enquanto um grupo se mobiliza contra o esquecimento, o outro, formado por agentes do Estado envolvidos em tais crimes e por seus apoiadores, mobilizam-se para apagar essas memórias e construir outra história, na qual o termo golpe é substituído por “revolução” e a instauração da ditadura é justificada pela necessidade de impedir que o Brasil fosse dominado pelo “movimento comunista internacional”. Essas e outras posições negacionistas reforçam a necessidade de se rememorar esse período histórico, como fez o Coletivo Memória e Luta ao publicar trechos de depoimentos de professores expurgados da UFRGS na obra em questão.

Em sua parte final, a obra traz um conjunto de dezoito aquarelas, pintadas pelo artista José Carlos Freitas Lemos, que acrescentam aos leitores as dimensões visuais, de cores, contrastes e luzes, de um número significativo de acontecimentos que marcaram as décadas de 1960, 1970 e 1980. Entre esses eventos encontram-se: Campanha da Legalidade, Operação Limpeza, Passeata dos Cem Mil, Movimento pelos Direitos Civis, Assassinato de Vladimir

³ Idem.

Herzog, Anistia, a Fundação da Associação dos Docentes da UFRGS (ADUFRGS) e o Novo Movimento Sindical

Nas páginas de cada uma dessas aquarelas o leitor também tem acesso a indicações de livros, filmes, documentários e vídeos sobre cada uma das temáticas abordadas nas ilustrações. Em algumas páginas também foram apontados sites que reúnem documentos, jornais, fotografias e depoimentos relacionados ao período em questão, e integram acervos considerados marcos na luta contra o esquecimento e pela preservação da memória histórica da ditadura no Brasil, como o “Instituto Vladimir Herzog”.

Pode-se afirmar que o livro contribui para a análise dos conhecimentos relacionados aos eventos que envolveram a instauração de Comissões na UFRGS e resultaram no expurgo de parte do seu quadro docente. Mas também permite aprofundar os estudos relacionados aos vários processos que permitiram a consolidação de uma ditadura de Segurança Nacional (SN) no Brasil dos anos 60. Assim, a obra pode ser apreciada tanto por leitores leigos, que iniciam a apreciação de estudos sobre esse período histórico, como por especialistas, interessados em pesquisar temas vinculados à ditadura.

Em síntese, a obra, que se propõe a ser um registro memorialístico, na tentativa de manter vivas as recordações de parte das violações aos direitos humanos praticadas pela ditadura, alcança outro patamar, pois proporciona reflexões e questionamentos que ultrapassam o âmbito da universidade e chegam até os dias de hoje. Constitui-se assim em importante material para o debate sobre os limites da democracia em vigor no Brasil, na qual os resquícios autoritários do período ditatorial fazem-se cada vez mais presentes, gerando (novamente) um clima de apreensão e medo que afetam a sociedade brasileira como um todo.

Recebido em: 30 de agosto de 2021

Aceito em: 23 de outubro de 2022